

# BC ainda não recebeu ofício da Justiça

BRASÍLIA — O Banco Central não havia recebido até ontem o ofício da 26ª Vara Civil, no Rio de Janeiro, determinando que a instituição divulgasse circular obrigando a rede bancária que opera na cobrança de planos de saúde a receber os pagamentos de março pelo mesmo número de BTNs vigente em outubro do ano passado. No final da tarde, o departamento BC no Rio estava tentando verificar junto à 26ª Vara por que meios o ofício havia sido enviado.

O chefe-adjunto do Departamento Jurídico do BC, Daniel Rodrigues Alves, explicou,

no entanto, que não há necessidade de o banco emitir circular, porque a decisão judicial por si só já é suficiente para obrigar os bancos e as empresas de planos de saúde a cumprir a determinação. Segundo ele, o que é de praxe é o Banco Central divulgar a decisão judicial através do seu sistema de processamento de dados (Sisbacen), que atinge toda a rede bancária.

De acordo com Rodrigues Alves, o BC, a pedido da Justiça, freqüentemente transmite, através do Sisbacen, determinações judiciais

de falência e concordata e outras decisões que atinjam toda a rede bancária. Como a Justiça não está aparelhada para fazer uma comunicação imediata aos bancos, o BC cumpre este papel. Explicou ainda que, no caso de descumprimento da decisão do juiz pelas empresas de planos de saúde, o Banco Central nada pode fazer, já que se trata de um contrato entre as partes — os bancos e as empresas — e entregue à decisão da Justiça. “O juiz tem poderes para obrigar o cumprimento da ação”, informou.